

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE SANTOS – CONCULT, REALIZADA NO AUDITÓRIO DO MUSEU DA IMAGEM E DO SOM DE SANTOS – MISS, NO DIA 22 DE JANEIRO DE 2018.

A reunião tem início às 19h13, com os conselheiros e convidados constantes na Lista de Presença, anexa, presidida pelo Sr. Junior Brassalotti e secretariada pelo Sr. Théo Cancellato, conforme segue abaixo:

O conselheiro Vinicius Sérgio informa que os pagamentos do 6º Facult irão atrasar. Terá que ser criado um novo código para o pagamento deste Facult, por exigência do Tribunal de Contas, que estabeleceu mudanças na estrutura do ordenamento orçamentário, afirma o conselheiro Vinicius. Diz também que alguns processos de pagamento voltaram devido a esta nova exigência. Afirma que os empenhos serão refeitos e que ainda não há previsão de data para a saída dos pagamentos. Segundo o conselheiro, a prestação do 5º Facult já está quase terminada. O conselheiro João Paulo pede para Secult publicizar essa informação. O conselheiro Vinicius afirma que vai resolver tudo com os proponentes.

Sobre o edital das Oficinas Culturais Pagu, o conselheiro Vinicius reitera que o Chamamento vai até Abril, mas em março já começam as aulas de projetos já contemplados. Afirma que o número de inscritos foi baixo, e, portanto, é preciso publicizar mais o Chamamento. O conselheiro também lembra que algumas oficinas estão ligadas aos Festivais do Calendário da Prefeitura, como a Tarrafa Literária, o Curta Santos e o Festa.

A conselheira Raquel Pellegrini, secretária adjunta, comenta sobre o Edital de Chamamento de diretores de cinema para residência na Coréia do Sul, com bolsa, tradutor, equipe e filme que vai representar a cidade de Santos. A secretária adjunta pede para que isso seja publicizado.

Início do assunto sobre a Orquestra Municipal de Santos. A sra. Lina, integrante da Orquestra Municipal de Santos - OMS, inicia a discussão relatando sobre a falta de músicos contratados, a não continuidade do projeto original da OMS, os 22 anos sem concurso para músico, a presença de vagas livres, o baixo número de estatutários, a diminuição dos cachês e a precariedade das contratações via RPA. É preciso pressionar por concurso, afirma Lina. Diz também que a Secult sempre oferece mudanças de gestão e sempre protelou concurso. Os músicos querem a realização de concurso, transparência na forma de gestão, com a participação de todos, afirma Lina. A instrumentista também reclama que a orquestra está escondida atrás do Coliseu, pouco toca em outros lugares. Diz também que a contratação por uma Associação, proposta pelo governo, não é interessante para os músicos, pois todos terão que ser PJ e não há nenhuma segurança trabalhista. O sr. Diósnio Machado, musicólogo, da USP, um dos fundadores da OMS, discursa sobre o desmonte da OMS, afirmando que Santos é uma cidade de renovação. A orquestra dialoga com o que há de melhor na humanidade, dialoga com o pensamento sobre tradição, afirma Diósnio. O musicólogo enfatiza que é preciso aumentar o número de estatutários para dar mais segurança para a orquestra, pois várias orquestras foram desmontadas nesses tempos, como em São José, Americana e Ribeirão Preto. Enfatiza, mais uma vez, que o melhor caminho é o concurso público e que, depois disso, pensa-se em associação ou fundação. Também lamenta a perda do Festival de Música Nova e a falta de projeto e de direção artística da OMS a longo prazo. Diósnio pergunta porque não há concertos aos sábados à noite. Ao fim da fala, sugere que se faça um convite formal ao maestro Luis Gustavo Petri para comparecer ao Concult. O sr. Fábio Ferreira, contrabaixista da orquestra, afirma seu apoio à abertura de concurso e também lamenta o fato da orquestra estar muito escondida, tocando apenas no Coliseu. O presidente Júnior levanta um problema sobre uma ata de reunião de 2013, na qual o então secretário de cultura Raul Cristiano afirmou que haveria gestão compartilhada da OMS e outros corpos estáveis via OS. E, no entanto, as configurações mudaram e não houve consulta ao conselho sobre este assunto. Wellington,

também conselheiro, sugere que se peça esclarecimento via requerimento sobre esta questão da ata. João Paulo, conselheiro, afirma que o desmonte da OMS deve ser visto sob o panorama da cultura na cidade, pois está havendo um desmonte da cultura, sendo que a EAC está sofrendo o mesmo e o secretário Fábio Nunes não se posiciona sobre o assunto. Ana Luisa, conselheira representante da Sefin, afirma que a situação não é boa para a abertura de concursos, pois há um decreto do prefeito proibindo novas despesas (por causa da crise), sendo que o orçamento já está mais baixo que no ano anterior, ou seja, que é um momento de contenção. A secretária adjunta Raquel comenta que a discussão sobre a situação da orquestra com o orçamento contingenciado vem desde março de 2017 e que nunca foi falado em fim da OMS, como algumas pessoas comentaram. Raquel afirma que o MP impôs um TAC (Termo de Ajuste de Conduta) para os pagamentos via RPA, situação da maioria dos músicos da orquestra, e, por isso, deve-se pensar em outra forma de contratação. Sendo assim, a ideia é abrir edital de chamamento para Associação. Raquel afirma não haver mais pagamento via RPA na administração. Diz, também, que, em reunião com o secretário Fabião, decidiram que, se aberto concurso, deve contemplar também outras áreas, outras demandas. A proposta do governo, segundo Raquel, é abrir 32 vagas para concurso, sendo 11 para músicos da orquestra e 19 para outras áreas. Esses números ainda serão estudados pela Sefin. As outras 20 vagas da orquestra deverão ser contratadas via Associação, sendo que o edital de concurso deverá ser discutido com os músicos. Vini pede para que o problema seja visto dentro do mapa da Secult, pois é impossível resolver de uma vez o passivo de 20 anos. Raquel enfatiza a importância dos músicos virem ao Conselho. Diósnio pergunta se há um cronograma de ações. Vini diz que existe um cronograma na cabeça, mas não no papel. Diz, também, que o assunto está sendo discutido nesse momento. A ideia é fechar o edital antes do Carnaval e finalizar abril ou maio, diz Vini, mas a documentação das associações, muitas vezes, apresentam problemas e não dá para definir o prazo direito, diz o conselheiro Vini. Vini afirma que a ideia do governo é abrir a Associação pra esse ano e o Concurso pro ano que vem. Lincoln, conselheiro de Literatura, sugere que o conselheiro Theo (Música) puxe uma reunião extraordinária do Conculc com o maestro Luís Gustavo Petri para dialogar sobre o assunto. Theo concorda e assume a função.

O presidente Júnior apresenta os novos conselheiros. São eles: Cristiano Silva, da cadeira de Dança e Movimento, e Alexandre Barbosa, suplente da cadeira de Livro e Literatura. Os conselheiros se apresentam relatando um pouco de suas experiências e trabalhos. Júnior afirma que ainda falta a suplência da cadeira de Dança.

Entra em pauta a discussão sobre a Lei do vereador Banha. O conselheiro Vinicius enfatiza que a Secult é contra. Júnior lembra que o vice-presidente Tex Jones ficou de trazer uma devolutiva sobre o assunto e faltou. Também comenta que a vereadora Telma de Souza está tentando revogar a lei. O conselheiro Jamir Lopes comenta que os vereadores estão em recesso e que é um absurdo uma lei destas passar na Comissão de Cultura da Câmara. Júnior lê e-mail enviado pela equipe da vereadora Telma dizendo que, logo após o recesso, entrarão com processo de revogação da lei.

O presidente Júnior, após a explanação de artistas do segmento Livro e Literatura sobre um suposto encerramento das atividades da Gibiteca, informa que o conflito ocorrido entre o secretário Fabião e o funcionário Fábio Tatsubô está esclarecido e que, agora, deve-se cobrar o que não foi cumprido, como, por exemplo, a manutenção do ar condicionado, que está quebrado há 5 anos.

Júnior lembra da pauta sobre o Plano de Metas. O conselheiro Lincoln afirma que as sugestões para o Plano já foram dadas, pois o prazo já acabou. Foram oito metas propostas pela Secult e quatro metas propostas pela FAMS, diz Lincoln, que também afirma que mandou 17 propostas como sugestão para o Plano, como a capacitação de guardas e a finalização das obras do Teatro Rosinha Mastrângelo.

O conselheiro Lincoln sugere que seja feito um modelo de carta de agradecimento ao sr. Fábio Tasubô, atual Coordenador de Transparência, por seu trabalho consumado na Gibiteca, pois Tasubô ganhou um prêmio nacional, em sua área, para a cidade de Santos. Os conselheiros concordam.

O sr. Rafael Fortes comenta sobre proposta do Secretário de Segurança, sr. Sérgio Del Bel para cadastramento de artistas de rua pelo Concult. Diz que não é preciso cadastramento para arte de rua, pois há de haver liberdade de expressão e também haveria problema com artistas de fora, que vêm a cidade ficar poucos dias e já vão se apresentar em outros lugares. Júnior ressalta que o decreto de 2014, que regulariza eventos na rua, legitima o uso da violência contra o artistas de rua. Rafael afirma que a ideia da Guarda Municipal nunca foi revogar o decreto. Júnior conta que a reunião realizada em 26 de dezembro de 2017 com a Guarda e a PM foi realizada no fórum equivocado. O presidente também relata fato ocorrido o dia 24 de dezembro de 2017, na rua Pindorama com a praia, durante um Baile Funk "Pesadão". Júnior afirma que passou pelo local e havia som alto, lixo no chão, ruas fechadas por ambulantes sem fiscalização da Sefin ou CET e a presença de uso de ilícitos e venda indiscriminada de drogas, durante evento que tocava Funk "Pesadão". Disse que o evento foi marcado pela internet pela Hamburgueria Blend Burguer. Júnior conta que foi conversar com dois policiais militares e dois oficiais da GM em frente a Concha Acústica e eles disseram que não havia liberação da prefeitura para o evento e que as ordens superiores eram para não interferir na festa. Júnior relata que perguntou porque ali podia e em outros lugares não podia fazer eventos sem a liberação da prefeitura. Os policiais ficaram bravos e resolveram enquadrá-lo, conta Júnior. Os conselheiros resolvem convocar o sr. Prefeito de Santos e o Secretário de Governo para conversar sobre a revogação do Decreto nº 6.889/2014 no Concult.

A conselheira Luciana, do segmento Carnaval, sugere que cada agremiação do Carnaval mande um representante para diálogo.

José Eduardo de Lima , conselheiro de História e Memória, sugere pauta sobre Comitê Memória Popular e Justiça para a próxima reunião.

Júnior ressalta que as reuniões serão sempre realizadas nas terceiras segundas-feiras de cada mês no MISS.

A Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Cultura foi encerrada às 22h30, ficando convocada a próxima Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Cultura para o dia 19 de fevereiro, às 18h30, em primeira chamada, e às 19h, em segunda chamada, no auditório do Miss. Sem mais, eu, Théo Cancello, redigi e digitei a presente ATA, que por mim segue assinada e pelo Sr. Júnior Brassalotti.

JÚNIOR BRASSALOTTI

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

THÉO CANCELLO

2º SECRETÁRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

